

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 04.08.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 4 0 - 3

23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPETRANTE(S) : ALEXANDER FORBES BRASIL CORRETORA DE
SEGUROS LTDA
ADVOGADO(A/S) : PAULO BEZERRA DE MENEZES REIFF E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO - CPMI DOS CORREIOS

E M E N T A: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS - FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA - INADMISSIBILIDADE - CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE - CONSEQUENTE INVALIDAÇÃO DO ATO DE "DISCLOSURE" - INOCORRÊNCIA, EM TAL HIPÓTESE, DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO.

A QUEBRA DE SIGILO - QUE SE APÓIA EM FUNDAMENTOS GENÉRICOS E QUE NÃO INDICA FATOS CONCRETOS E PRECISOS REFERENTES À PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO - CONSTITUI ATO EIVADO DE NULIDADE.

- A quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apóia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República. Precedentes. Doutrina.

O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

- O Supremo Tribunal Federal, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, neutralizando, desse modo, abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito, desempenha, de



maneira **plenamente** legítima, as atribuições que lhe conferiu a **própria** Carta da República.

O **regular** exercício da função jurisdicional, nesse contexto, **porque** vocacionado a **fazer prevalecer** a autoridade da Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes. **Doutrina. Precedentes.**

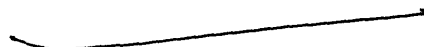
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Nelson Jobim, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em deferir** o mandado de segurança, **nos termos** do voto do Relator. **Votou** o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Brasília, 23 de março de 2006.



CELSO DE MELLO - RELATOR



23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
IMPETRANTE(S) : ALEXANDER FORBES BRASIL CORRETORA DE
SEGUROS LTDA
ADVOGADO(A/S) : PAULO BEZERRA DE MENEZES REIFF E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO - CPMI DOS CORREIOS

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O
eminente Procurador-Geral da República, Dr. ANTONIO FERNANDO BARROS
E SILVA DE SOUZA, **ao manifestar-se** nestes autos, **assim resumiu e**
apreciou a presente impetração (fls. 397/401):

"MANDADO DE SEGURANÇA. SUPOSTA SUPRESSÃO DE DIREITOS DO IMPETRANTE POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO. ALEGADA NULIDADE DO ATO COATOR, POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA, NA HIPÓTESE, DE ADEQUADO LASTRO PARA A DECISÃO. ENVOLVIMENTO DE EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. INVESTIGAÇÃO NO IRB-BRASIL. ATIVIDADE DE RESSEGURO. NEGOCIAÇÕES POSTAS EM SUSPEITA POR SINDICÂNCIA INTERNA. ATUAÇÃO DE EMPRESA DO GRUPO QUE LIDA, COM EXCLUSIVIDADE, NO MERCADO DE RESSEGURO. QUEBRA DOS DADOS TAMBÉM DA



ENTIDADE QUE SE DEDICA APENAS A SEGUROS, DE NATUREZA MAIS USUAL. NÃO SE INDICA NA DECISÃO EVIDÊNCIA DE ENVOLVIMENTO, ATÉ O INSTANTE, DA IMPETRANTE NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA DE RESSEGURO. CARÁTER EXCEPCIONAL DA ORDEM DE QUEBRA DE SIGILOS A EXIGIR UMA MÍNIMA FUNDAMENTAÇÃO. PARECER PELA CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Cuida-se de mandado de segurança impetrado por Alexander Forbes Brasil Corretora Ltda. em que é impugnado ato da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI dos Correios.

2. A impetrante abre suas alegações informando que a referida Comissão Parlamentar, reunida em sessão, aprovou requerimento que resultou na quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Contudo, a justificar o pedido de decretação da nulidade dessa decisão, alega que houve equívoco na condução dos trabalhos de investigação. Nesse sentido, e enfocando a vertente que apura denúncias de irregularidades no IRB-Brasil RE, a impetração anuncia que, apesar de compor o mesmo grupo econômico que detém o controle da empresa ALEXANDER FORBES RESSEGUROS, não guarda ela nenhuma relação direta com a operação de resseguros. Expõe que '...Alexander Forbes CORRETORA, conjuntamente com a Alexander Forbes RESSEGUROS, são subsidiárias da ALEXANDER FORBES GROUP e operam em segmentos de mercado absolutamente distintos no Brasil' - fls. 4. Partindo dessa distinção, a impetrante argumenta que os esforços de investigação da CPMI estão mal direcionados - chega-se a mencionar possível equívoco dos parlamentares em face da similitude de nomenclaturas -, bastando para tanto considerar que suas atividades não teriam qualquer relação com as operações efetuadas pelo IRB - Brasil Resseguros S/A. A decisão se constituiria em ato de arbítrio, portanto, pois sem fundamento idôneo a justificar o afastamento dos sigilos dos dados da impetrante, de regra resguardados pela ordem constitucional.

3. Aportando ao Supremo Tribunal Federal, de pronto foi examinado o pedido de cautela. **Restou deferido** no despacho de fls. 213-218, **considerando-se**, naquele instante, **que não estariam devidamente relacionados os**

fatos concretos e precisos que indicariam a necessidade da excepcional diligência.

4. Requisitadas informações à autoridade indicada coatora, estão juntadas às fls. 265-273.

5. Nesse estado chegam os autos à Procuradoria-Geral da República.

6. Não se pode obscurecer os contornos fáticos que tracejam a questão trazida nos autos. **É objeto de investigação** pelas autoridades públicas competentes o funcionamento do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB Brasil Resseguros S/A. Sindicância interna, trazida inclusive por cópia pela impetrante - fls. 52-104 -, evidencia o favorecimento indevido de três corretoras de resseguros: Acordia/Assurê, Cooper Gay e Alexander Forbes.

7. Em termos singelos, a referida sindicância identifica procedimentos que escapam às práticas assentadas, **em aparente benefício** das citadas empresas, **agraciadas** com nomeações generosas em distribuições de riscos entre as corretoras integrantes do mercado de retrocessão. **Dirigentes do IRB**, ao arrempio das negociações passadas e aos anseios explicitados pelos segurados, **fizeram uso do monopólio** detido na atividade de resseguro **para indicar**, sem evidência de respaldo técnico e econômico necessário, **certas corretoras** para determinados negócios. **Está dito** no relatório da Comissão de Sindicância - fls. 75:

'No caso da corretagem de resseguro (...) há um ingrediente que não pode ser menosprezado: é o IRB-Brasil RE que, com sua potestade de indicar o 'broker', determina qual (is) agente (s) irá (ão) participar de um determinado negócio.

Mesmo em tal Mercado, altamente dirigido, o surgimento de novos 'broker's' com conquista de parcela significativa da totalidade dos negócios não seria de se estranhar se a indicação pelo IRB-Brasil Re seguisse uma lógica razoável, baseada em critérios objetivos e legítimos.

O que se viu, todavia, é que as indicações eram precedidas de despachos desprovidos de fundamentação, o que inculca que os atributos específicos das eleitas não eram, a princípio, levados em conta.' (ênfases acrescidas.)

8. O relatório expressa o estranhamento de se terem prestigiado corretoras de pouco tempo no mercado, desde

logo incumbidas das corretagens em pé de igualdade com outros agentes. **Haveria indícios de orquestração** de manobras para o favorecimento de algumas entidades, dentre elas ALEXANDER FORBES, que, especificamente, teria recebido indicação para corretagem de resseguros para Tam Linhas Aéreas - fls. 76-78 - e Usiminas - fls. 79.

9. As considerações traçadas no relatório são consistentes, e demandarão exame detido nas esferas apropriadas. Fato é que há envolvimento da empresa ALEXANDER FORBES em negociações realizada sob o comando do IRB sob investigação.

10. A distinção que nos traz a impetrante diz, contudo, sob uma nuança: **há duas sociedades distintas, uma** corretora de seguros, **outra** especializada no mercado de resseguro, **ainda que ambas integrem grupo econômico**. Essa ilação não pode ser tomada em termos simplistas. A autonomia societária de cada uma das entidades não representa imediato isolamento de comando. Nem evidencia a completa isenção de Alexander Forbes Corretora nos negócios de Alexander Forbes Resseguros.

11. Veja-se, nessa linha, os dados que nos são comunicados pelo Ministério da Fazenda, por sua Secretaria de Acompanhamento Econômico, quando se levou a exame naquela esfera o ato de concentração das empresas Alexander Forbes 10200 Ltda. e RE Participações e Consultoria Ltda., com o qual se instituiu a 'joint venture' que resultou na constituição de Alexander Forbes Resseguros do Brasil Ltda.

12. Merece destaque que Alexander Forbes 10200, sociedade constituída de acordo com as leis inglesas - fls. 37 -, é possivelmente a controladora de Alexander Forbes Resseguros (detém 50,1% de participação do capital social), como é também, comprovadamente, a sócia largamente preponderante na avaliação do capital social de Alexander Forbes Brasil Corretora de Seguros, possuindo 15.499.996 (quinze milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e seis) quotas, contra apenas 4 (quatro) dos outros três sócios - fls. 39.

13. Ou seja, o centro de comando das operações e decisões societárias do grupo no Brasil - a matriz é sediada na África do Sul - não deixa de ser o constituído por Alexander Forbes 10200.



14. Tudo isso é dito para demonstrar que não se pode afastar de pronto a corretora de toda e qualquer atuação da empresa de resseguro que compõe o grupo Alexander Forbes. As investigações levadas a cabo sobre o IRB podem desaguar numa análise mais apurada também da corretora do grupo, sem dúvida.

15. Mas tais observações não são fortes o suficiente para afastar as razões centrais deduzidas na peça inicial.

16. É fato incontestável a deficiência do requerimento de quebra de sigilo, faltando-lhe mínima fundamentação. Refere-se, de forma simplificada, a suposto envolvimento da Corretora Alexander Forbes do Brasil no caso de possível favorecimento de 'brokers' - fls. 115 -, em referência clara à investigação realizada sobre a condução do IRB. Do que se tem notícia, contudo, é do dito envolvimento da A. F. Resseguro. Não se aponta, de maneira concreta, qualquer passo ou conduta que pudesse ligar a corretora, ora impetrante, à condução da empresa de resseguro. Movimento inicial deveria ser endereçado à esta entidade, para, após as devidas avaliações do quadro instalado no caso em apreço, volver-se a investigação à corretora. Tenha-se viva a idéia de que os sigilos da entidade de resseguro foram também requeridos - fls. 118. Em síntese, o requerimento de quebra não indica mínimos elementos que pudessem envolver a impetrante nos negócios tomados pela Alexander Forbes Resseguro.

17. No mesmo sentido, veja-se que as informações são extremamente genéricas, sem tomar o cuidado de identificar uma possível situação que exigisse a quebra dos sigilos da impetrante. Poderiam ter desenhado um lastro fático como o acima ilustrado, dando conta do entroncamento das empresas envolvidas, mas, contudo, o que se tem é uma decisão singela, sem maiores expressões. A autoridade pública, portanto, deixou de fundamentar seu ato, em ofensa a direito da impetrante, que há de ser resguardada contra abuso no manejo de instrumento tão contundente.

18. Em desfecho, a concessão da ordem parece se impor, mas, diga-se, em face da deficiência da fundamentação do pronunciamento da CPMI, o que não representa, no outro vértice, a isenção plena da impetrante aos poderes de investigação, pois a conformação societária das empresas envolvidas (corretora e entidade de resseguro) enseja o controle

de ambas por uma única sociedade, circunstância que as aproxima em demasia.

19. Ante exposto, o Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem." (grifei)

É o relatório.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, stylized initial 'C' followed by a long horizontal stroke.

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Entendo **assistir plena razão** ao eminente Procurador-Geral da República, **eis que** a decisão do órgão parlamentar ora apontado como coator, **que decretou** a quebra de sigilo dos registros bancários, fiscais e telefônicos da impetrante, **não se reveste da necessária fundamentação legitimadora** dessa medida excepcional **questionada** na presente sede mandamental.

A empresa impetrante, **ao postular** a invalidação da deliberação em causa, **alega** que a CPMI dos Correios - **ao assim proceder - transgrediu** o ordenamento positivo, **lesando** garantias de índole constitucional, **notadamente** aquela que tem por suporte a cláusula do "*due process of law*" (CF, art. 5º, LV).

Sustenta-se, ainda, **na presente impetração**, que o ato ora impugnado **reveste-se** de insuperáveis vícios **que lhe infirmam** a validade jurídico-constitucional, **eis que** - segundo **alega** a impetrante - **a mencionada decisão** da CPMI dos Correios (a) **foi proferida** "*em face de terceiro que não possui nenhuma relação com o IRB*", (b) **emanou** de "*Poder incompetente, porquanto tal competência é exclusiva do Judiciário*" e (c) **apresenta-se desprovida** "de



fundamentação, em arrepio ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal" (fls. 26).

Tal como corretamente assinalou o eminente Procurador-Geral da República, em seu douto parecer, **tem razão** a ora impetrante **no ponto em que sustenta**, com inteira procedência, a **nulidade do ato** que lhe ordenou a quebra de sigilo. **É que a deliberação estatal impugnada** pela impetrante **não se apóia** em fundamentação suficiente e idônea, **apta a legitimar** a adoção, **pela Comissão Parlamentar de Inquérito** ora apontada como coatora, **de medida** que se mostra impregnada de caráter **tão** extraordinário, **como o é** a que resulta **da quebra de sigilo** bancário, fiscal e telefônico.

Essa circunstância que venho de referir, **bastante** por si mesma, **revela-se suficiente para ensejar**, por si só, **independentemente** do exame **das demais** alegações deduzidas pela ora impetrante, **a invalidação** do ato de quebra **emanado** da CPMI dos Correios.

Na realidade, Senhor Presidente, **a análise do pleito mandamental em questão** (fls. 02/27), de um lado, **e o exame das razões** que motivaram a decretação da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da impetrante (fls. 115), de outro, **demonstram a**

evidente falta de fundamentação subjacente à efetivação, no caso, da medida excepcional da "disclosure".

Reconheço, por isso mesmo, que o ato ora apontado como coator, **ante a clara ausência** de motivação de que se ressente, **não se ajusta aos padrões mínimos** fixados pela jurisprudência constitucional desta Suprema Corte.

Para se constatar esse déficit de fundamentação, **suficiente para comprometer** a própria validade do ato de quebra de sigilo, **basta ler a justificação** que a CPMI dos Correios adotou para viabilizar **o acesso** aos registros bancários, fiscais e telefônicos da empresa ora impetrante, **assim a ela se referindo** (fls. 115):

"Por estar envolvida, direta ou indiretamente, no caso de possível favorecimento a 'Brokers', conforme Relatório Preliminar nº 1 CPMI dos Correios - Subrelatoria do IRB." (grifei)

O **exame** dessa fundamentação - que é genérica e insuficiente - **permite reconhecer**, na deliberação **que nela se apoiou**, uma **evidente** transgressão ao mandamento constitucional **que impõe**, aos atos de "disclosure", **a necessária observância**, por parte de **qualquer** órgão estatal (como uma CPI, p. ex.), **do dever de motivar** a adoção de medida **tão extraordinária** como a que ora se impugna **nesta** sede mandamental.



É preciso advertir que a quebra de sigilo **não se pode converter** em instrumento de devassa **indiscriminada** dos dados - bancários, fiscais **e/ou** telefônicos - **postos** sob a esfera de proteção da cláusula constitucional **que resguarda** a intimidade, **inclusive** aquela de caráter financeiro, **que se mostra inerente** às pessoas em geral.

Não se pode desconsiderar, no exame dessa questão, **que a cláusula de sigilo** que protege os registros bancários, fiscais e telefônicos **reflete** uma expressiva **projeção** da garantia fundamental da intimidade - **da intimidade financeira** das pessoas, em particular -, **que não deve** ser exposta, **enquanto** valor constitucional que é (VÂNIA SICILIANO AIETA, "A **Garantia da Intimidade como Direito Fundamental**", p. 143/147, 1999, Lumen Juris), a intervenções estatais **ou** a intrusões do Poder Público, **quando desvestidas** de causa provável **ou destituídas** de base jurídica idônea.

Tenho por inquestionável, por isso mesmo, **que a norma constitucional que outorga** "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais" a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CF, art. 58, § 3º) traz, **quanto a esta**, o reconhecimento da necessidade de que **os seus poderes somente** devam ser exercidos **de maneira**

compatível com a natureza do regime e com respeito (indeclinável) aos princípios consagrados na Constituição da República.

A deliberação parlamentar questionada nesta sede mandamental, contudo - ao aprovar o Requerimento nº 1219/2005 (fls. 115 e 283) -, apoiou-se em genérica formulação **desvestida** de qualquer fundamentação idônea, **incidindo**, por tal específica razão, na **censura** que esta Suprema Corte **proclamou** em situações assemelhadas, **com apoio em precedentes** firmados por seu E. Plenário, **como resulta claro** de julgamento consubstanciado em acórdão assim ementado:

"COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CONCRETA DE CAUSA PROVÁVEL - NULIDADE DA DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO.

A QUEBRA DE SIGILO NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INSTRUMENTO DE DEVASSA INDISCRIMINADA, SOB PENA DE OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE.

- A **quebra de sigilo**, para legitimar-se em face do sistema jurídico-constitucional brasileiro, **necessita apoiar-se** em decisão **revestida** de fundamentação adequada, **que encontre apoio concreto** em suporte fático idôneo, **sob pena de invalidade** do ato estatal que a decreta.

A **ruptura** da esfera de intimidade de **qualquer** pessoa - **quando ausente** a hipótese configuradora de **causa provável** - **revela-se incompatível** com o modelo consagrado na Constituição da República, **pois a quebra de sigilo não pode ser manipulada**, de modo arbitrário, pelo Poder Público ou por seus agentes. **Não fosse assim**, a quebra de sigilo converter-se-ia, **ilegitimamente**, em instrumento de **busca generalizada**, que daria, ao Estado - **não obstante** a ausência de **quaisquer** indícios concretos - o **poder de vasculhar**

registros sigilosos alheios, em ordem a viabilizar, mediante a **ilícita** utilização do procedimento de devassa indiscriminada (**que nem mesmo** o Judiciário pode ordenar), o acesso a dado **supostamente** impregnado de relevo jurídico-probatório, em função dos elementos informativos que viessem a ser **eventualmente** descobertos."

(RTJ 182/560, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Cumpre rememorar, bem por isso, neste ponto, Senhor Presidente, a advertência desta Suprema Corte, cujo magistério jurisprudencial, ao interpretar o alcance da norma inscrita no art. 58, § 3º, da Constituição da República, reconhece assistir, a qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, o poder de decretar, "ex auctoritate propria", a quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, desde que o faça, no entanto, em ato **adequadamente** fundamentado, do qual conste a necessária referência a fatos concretos que justifiquem a configuração, "hic et nunc", de causa provável (sequer indicada na espécie em exame), apta a legitimar a medida excepcional da "disclosure" (RTJ 173/805, Rel. Min. CELSO DE MELLO - RTJ 174/844, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - RTJ 177/229, Rel. Min. CELSO DE MELLO - RTJ 178/263, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - MS 23.619/DF, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, v.g.):

"COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO - INOCORRÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS REFERENTES À PESSOA INVESTIGADA - NULIDADE DA DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO.

A QUEBRA DO SIGILO, POR ATO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DEVE SER NECESSARIAMENTE FUNDAMENTADA, SOB PENA DE INVALIDADE.



- A Comissão Parlamentar de Inquérito - que dispõe de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo - somente poderá praticar tal ato, que se reveste de gravíssimas consequências, se justificar, de modo adequado, e sempre mediante indicação concreta de fatos específicos, a necessidade de adoção dessa medida excepcional. *Precedentes.*

A QUEBRA DE SIGILO - QUE SE APÓIA EM FUNDAMENTOS GENÉRICOS E QUE NÃO INDICA FATOS CONCRETOS E PRECISOS REFERENTES À PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO - CONSTITUI ATO EIVADO DE NULIDADE.

- A quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o texto da Constituição, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apóia-se em formulações genéricas, muitas vezes padronizadas, que não veiculam a necessária e específica indicação da causa provável, que constitui pressuposto de legitimação essencial para a válida ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Carta Política."

(MS 23.964/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Esse entendimento, Senhor Presidente - que encontra apoio em autorizado magistério doutrinário (UADI LAMMÊGO BULOS, "Comissão Parlamentar de Inquérito", p. 253/257, item n. 2, 2001, Saraiva; ODACIR KLEIN, "Comissões Parlamentares de Inquérito", p. 67/68, 1999, Fabris Editor; ALEXANDRE ISSA KIMURA, "CPI - Teoria e Prática", p. 73/81, item n. 3.6, 2001, Ed. Juarez de Oliveira; ALEXANDRE DE MORAES, "Direito Constitucional", p. 387, item n. 2.5.1, 18ª ed., 2005, Atlas; OVÍDIO ROCHA BARROS SANDOVAL, "CPI ao Pé da Letra", p. 131/134, item n. 90, 2001, Millennium; LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES, "Comissões Parlamentares de Inquérito -

Poderes de Investigação", p. 73, item n. 2, e p. 123/126, item n. 7, 2001, Juarez de Oliveira, v.g.) -, **repele deliberações** de Comissões Parlamentares de Inquérito, que, **cingindo-se** a meras presunções, ou a referências destituídas "do mínimo necessário de suporte informativo", ou, ainda, a afirmações vagas e genéricas, **nestas fundamentam**, mesmo assim, a medida extraordinária da quebra de sigilo, **em claro desrespeito** ao modelo institucional de poderes limitados e ao sistema de garantias subjetivas estabelecidos no estatuto constitucional (MS 23.668/DF, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI).

Cabe registrar, neste ponto, Senhor Presidente, uma última observação. Refiro-me ao fato de que a presente decisão - precisamente por fazer prevalecer, na espécie, uma garantia constitucional desrespeitada pela CPI em questão - não pode ser qualificada como um ato de indevida interferência na esfera orgânica do Poder Legislativo.

É que a função de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos ou que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. O inquérito parlamentar, por isso mesmo, não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei.



Os fins **não** justificam os meios. Há parâmetros ético-jurídicos **que não podem nem devem** ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes **ou** pelas instituições do Estado. Os órgãos do Poder Público, **quando investigam** (como na espécie), processam **ou** julgam, **não estão exonerados** do dever de respeitar os **estritos** limites da lei **e** da Constituição, **por mais graves** que sejam os fatos cuja prática motivou a instauração do procedimento estatal.

Não se diga, por isso mesmo, **na perspectiva** do caso em exame, **que a atuação** do Poder Judiciário, **nas hipóteses** de lesão, atual **ou** iminente, a direitos subjetivos amparados pelo ordenamento jurídico do Estado, **configuraria** intervenção ilegítima dos juízes e Tribunais **no âmbito de atuação** do Poder Legislativo.

Eventuais divergências na interpretação do ordenamento positivo **não** traduzem **nem** configuram situação de conflito institucional, **especialmente** porque, **acima** de qualquer dissídio, **situa-se a autoridade** da Constituição **e** das leis da República.

Isso significa, na fórmula política do regime democrático, **que nenhum** dos Poderes da República **está acima** da Constituição **e** das leis. **Nenhum** órgão do Estado - **situe-se** ele no



Poder Judiciário, **ou** no Poder Executivo, **ou** no Poder Legislativo - **é imune** à força da Constituição e ao império das leis.

Uma decisão judicial - que restaura a integridade da ordem jurídica e que torna efetivos os direitos assegurados pelas leis - não pode ser considerada um ato de interferência na esfera do Poder Legislativo, consoante já proclamou o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em unânime decisão:

"O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

- A **essência** do postulado da divisão funcional do poder, **além** de derivar da necessidade de **conter** os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, **representa** o princípio conservador das liberdades do cidadão e **constitui** o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.

Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, **não pode constituir nem qualificar-se** como um **inaceitável** manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários, **por parte** de qualquer agente do Poder Público ou de qualquer instituição estatal.

- **O Poder Judiciário**, quando intervém **para assegurar** as franquias constitucionais e **para garantir** a integridade e a supremacia da Constituição, **desempenha**, de maneira plenamente legítima, as atribuições **que lhe conferiu a própria** Carta da República.

O **regular** exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, **desde** que pautado pelo **respeito** à Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes.

Desse modo, **não se revela lícito afirmar**, na hipótese **de desvios jurídico-constitucionais** nas quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa



traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de **outro** Poder da República."

(RTJ 173/805-810, 806, Rel. Min. CELSO DE MELLO)


Esse entendimento, Senhor Presidente, tem sido por mim observado em diversos julgamentos que proferi nesta Suprema Corte e nos quais tenho sempre enfatizado que a restauração, em sede judicial, de direitos e garantias constitucionais lesados por uma CPI não traduz situação configuradora de ofensa ao princípio da divisão funcional do poder, como resulta claro da seguinte (e recente) decisão, que está assim ementada:

"(...) O postulado da separação de poderes e a legitimidade constitucional do controle, pelo Judiciário, das funções investigatórias das CPIs, se e quando exercidas de modo abusivo. Doutrina. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. (...)."

(HC 88.015-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, in "Informativo/STF" n° 416/2006)

É imperioso destacar, ainda, Senhor Presidente, no contexto destas considerações finais, que a exigência de respeito aos princípios consagrados em nosso sistema constitucional não frustra nem impede o exercício pleno, por qualquer CPI, dos poderes investigatórios de que se acha investida.

A observância dos direitos e garantias constitui fator de legitimação da atividade estatal. Esse dever de obediência ao regime da lei se impõe a todos - magistrados, administradores e legisladores.



O poder não se exerce de forma ilimitada. No Estado democrático de Direito, não há lugar para o poder absoluto.

Ainda que em seu próprio domínio institucional, portanto, nenhum órgão estatal - como uma Comissão Parlamentar de Inquérito, p. ex. - pode, legitimamente, pretender-se superior ou supor-se fora do alcance da autoridade suprema da Constituição Federal e das leis da República.

O respeito efetivo pelos direitos individuais e pelas garantias fundamentais outorgadas pela ordem jurídica aos cidadãos em geral representa, no contexto de nossa experiência institucional, o sinal mais expressivo e o indício mais veemente de que se consolida, em nosso País, de maneira real, o quadro democrático delineado na Constituição da República.

A separação de poderes - consideradas as circunstâncias históricas que justificaram a sua concepção no plano da teoria constitucional - não pode ser jamais invocada como princípio destinado a frustrar a resistência jurídica a qualquer ensaio de opressão estatal ou a inviabilizar a oposição a qualquer tentativa de comprometer, sem justa causa, o exercício, pela pessoa que sofre a investigação, do seu direito de requerer a tutela jurisdicional contra abusos que possam ser cometidos pelas instituições do Estado,

não importando se vinculadas à estrutura do Poder Legislativo (como na espécie), do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

A investigação parlamentar, judicial ou administrativa de qualquer fato determinado, por mais grave que ele possa ser, não prescinde do respeito incondicional e necessário, por parte do órgão público dela incumbido, das normas, que, instituídas pelo ordenamento jurídico, visam a equacionar, no contexto do sistema constitucional, a situação de contínua tensão dialética que deriva do antagonismo histórico entre o poder do Estado (que jamais deverá revestir-se de caráter ilimitado) e os direitos da pessoa (que não poderão impor-se de forma absoluta).

É, portanto, com apoio na Constituição e nas leis - e não na busca pragmática de resultados - que se deverá promover a solução do justo equilíbrio entre as relações de tensão que emergem do estado de permanente conflito entre o princípio da autoridade, de um lado, e o valor da liberdade e dos demais direitos e garantias fundamentais, de outro.

O que simplesmente se revela intolerável - e não tem sentido, por divorciar-se dos padrões ordinários de submissão à "rule of law" - é a insinuação, de todo paradoxal, contraditória e inaceitável, de que o respeito pela autoridade da Constituição e das



leis configuraria fator ou elemento de frustração da eficácia da investigação estatal.

É tempo de concluir este voto, Senhor Presidente. E, ao fazê-lo, consideradas as razões mencionadas, tenho por inteiramente acolhível a pretensão mandamental deduzida pela empresa impetrante, por reconhecer que a fundamentação do ato de quebra de sigilo em causa revela-se genérica, insuficiente e, por isso mesmo, incompatível com os padrões firmados pela jurisprudência constitucional desta Suprema Corte.

Sendo assim, pelas razões expostas, e acolhendo, ainda, o duto parecer do eminente Procurador-Geral da República (fls. 397/401), defiro o pedido formulado nesta sede mandamental, em ordem a invalidar o ato da CPMI dos Correios, que, ao aprovar o Requerimento nº 1219/2005 (fls. 283), "determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da impetrante, Alexander Forbes Brasil Corretora de Seguros Ltda. (...)" (fls. 26, item n. IV, "a" e "b").

É o meu voto.



23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

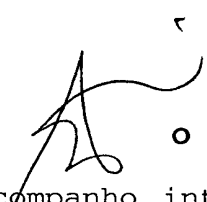
MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERALD E B A T E S

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - V. Ex^a terminou deferindo o mandado de segurança com base ...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Com base nesse específico ponto que venho de referir: ausência de fundamentação do ato da CPI que ordena a decretação da quebra dos registros sigilosos.

23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERALV O T O

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sr. Presidente, acompanho inteiramente o voto do eminente Ministro Celso de Mello, mas com o seguinte adendo: esse art.58, § 3º, da Constituição, que dá às comissões parlamentares de inquérito poder de investigação, próprios das autoridades judiciais, deve ser lido em conjunto com o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal:

"Art. 93.....

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade...;"

Por isso, S. Exa., com muito acerto, está invalidando a decisão.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Tem inteira procedência a observação feita pelo eminente Ministro LEWANDOWSKI. Foi por tal razão que fiz consignar, no voto que proferi nesta

MS 25.668 / DF

sessão plenária, que as CPIs **têm o dever de fundamentar** as deliberações com que decretam a quebra de sigilo.

É importante rememorar, neste ponto, que as Comissões Parlamentares de Inquérito dispõem **de quase** todos os poderes instrutórios **de que se acham investidos** os magistrados, **exceto** aqueles cuja prática **está sujeita** ao postulado constitucional da reserva de jurisdição.

Cumpre assinalar, por necessário, que esses órgãos de investigação parlamentar **submetem-se**, quanto ao exercício de tais prerrogativas, **às mesmas limitações** que a Constituição da República **impõe** aos juízes e Tribunais, **como aquela que exige**, sob pena de nulidade, **a adequada motivação** dos atos decisórios (CF, art. 93, IX). **Vale dizer**, a quebra de sigilo, por qualquer CPI, **impõe que esta fundamente** a sua deliberação de modo adequado, com a indicação de causa provável...



O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sob pena de nulidade.

Acompanho integralmente o Ministro-Relator.

23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
IMPETRANTE(S) : ALEXANDER FORBES BRASIL CORRETORA DE
SEGUROS LTDA
ADVOGADO(A/S) : PAULO BEZERRA DE MENEZES REIFF E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO - CPMI DOS CORREIOS

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (PRESIDENTE) -

Senhores Ministros, creio que devemos observar que, talvez - não tenho estatística disso -, já estamos, reiteradamente, concedendo mandado de segurança, exatamente nos termos da falta de fundamentação.

Observo, no caso concreto, conforme o Relator referiu, o requerimento do Deputado Carlos Willian diz assim:

"Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº1.579/52 e com o art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001, bem como nos termos regimentais, a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico desde janeiro de 2002, da Corretora Alexander Forbes do Brasil.

Justificação

Por estar envolvida, direta ou indiretamente, no caso de possível favorecimento a "Brokers", conforme Relatório Preliminar nº 1 CPPI dos Correios - Subrelatoria do IRB".

Além do mais, este requerimento foi votado na 44ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, em que foram aprovados, em bloco, da seguinte forma os requerimentos: no sistema de aprovação de blocos - vem todo o conjunto - é um voto só que abrange todos. Alguns desses requerimentos são meramente para requerer convocação - estão da p. 274 até a p. 283 -, não a reprodução do requerimento, mas dizendo qual o objeto do requerimento e o seu número.

Então, vem uma lista, começa o problema da transferência de sigilo na p. 276 e vai até a p. 283.

Srs. Ministros, o que me chama a atenção é exatamente a reiteração, por parte da autoridade parlamentar, de atos que o Tribunal já glosou de há muito. E este "já glosou de há muito" mostra, por exemplo, nas informações prestadas pelo eminente Senador Presidente da Comissão, o seguinte:

"Em que pese a Comissão impetrada não ter agido arbitrariamente, e somente ter tomado essa decisão mediante o surgimento da necessidade

MS 25.668 / DF

inafastável da investigação, é importante ver que a proteção do sigilo constante..."

Creio ser importante esse registro para se compreender a inadequação das condutas praticadas no Parlamento em relação às regras constitucionais já definidas de há muito por este Tribunal. Não me recordo, creio que já deferimos desde 91, mas, neste momento, nesta quadra que vivemos, como diria o Ministro Marco Aurélio - registro a autoria -, nós temos uma repetição, portanto já estamos deferindo isso há mais de ano, neste momento, nesta Sessão Legislativa do Parlamento.

Creio que isso preocupa ao Tribunal e a todos nós, porque não se possa dizer, ao fim e ao cabo, que eventuais resultados ou não resultados das atividades investigatórias desta Comissão possam ser atribuídas ao Tribunal. É importante que o próprio Parlamento e nós tenhamos presente que o que o Tribunal está a fazer é exatamente assegurar aquilo que não se assegurava em outros momentos da história brasileira. E isso é importante para que se compreenda e entenda claramente que condutas absolutamente reiteradas, tão reiteradas que deve ser a enésima vez que ouço as manifestações e os votos do Ministro Celso de Mello, com toda essa sua loquacidade. Mormente, considerando que as condutas do Tribunal, ajustadas exatamente à Constituição, às vezes dão azo a

MS 25.668 / DF

manifestações de terceiros em jornais brasileiros que levam, exatamente, à situação contrária.

Faço esse registro para que se perceba que o Tribunal está atento às circunstâncias e à constante violação de direitos constitucionais.

Sabemos que essas coisas não são gratuitas e precisamos deixar muito claro para que não atribuam os possíveis insucessos dessas investigações a este Tribunal.

23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPETRANTE(S) : ALEXANDER FORBES BRASIL CORRETORA DE
SEGUROS LTDA
ADVOGADO(A/S) : PAULO BEZERRA DE MENEZES REIFF E
OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO - CPMI DOS CORREIOS

À revisão de apartes dos Senhores Ministros SEPÚLVEDA PERTENCE,
GILMAR MENDES e NELSON JOBIM (Presidente).

E X P L I C A Ç Ã O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Juiz chamado a explicar sua sentença e outras coisas mais.

Há, provavelmente, uma interpretação excessivamente literal: o que a Constituição teria dado à CPI seriam os poderes do juiz, mas não os deveres, incluído o de motivar suas decisões...

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E a dificuldade da participação de um colegiado tão amplo.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Por isso mesmo temos oposto temperamentos, não exigimos preciosidades formais na

fundamentação da CPI, exatamente por ser uma deliberação de estilo parlamentar.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (PRESIDENTE) - Ministro Pertence, lembre-se de que na CPI do Poder Judiciário, houve um mandado de segurança e, depois, não se repetiram mais os atos, ou seja, bastava a concessão de uma segurança em relação a determinado tema: a comissão parlamentar de inquérito, relativa ao Poder Judiciário, não reiterava a prática do ato que já havia sido rechaçado. Aqui, não é o caso específico desta CPI.



23/03/2006


TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente, também, na linha do voto proferido pelo Ministro Celso de Mello, tenho concedido liminares em mandado de segurança contra quebras de sigilo, especialmente essas de caráter absolutamente genérico. Em alguns casos, tem-se verificado pedido de reconsideração e, até mesmo, uma nova deliberação por parte da CPI e, nesses casos, às vezes, tem-se feito até a reconsideração - acredito que o Ministro Sepúlveda Pertence também já teve oportunidade recente de fazê-lo. Esse é um dado importante.

O outro dado relevante, que precisa ser também destacado, diz respeito ao uso que se faz desse tipo de informação, que se tornou um pouco comum, e não é privilégio das CPI's. Na verdade, vemos estampados nos jornais, nos finais de semana, interceptações telefônicas realizadas pela polícia federal, com autorização judicial, e que são cedidas às revistas para a




publicação, ou às vezes, o ativíssimo Ministério Público também propicia esse tipo de assessoria.

Então, na verdade, há uma cultura de violação grave, muitas vezes a serviço de forças políticas. É preciso registrar isso com toda ênfase. Há uma prática de violação grave. Recentemente tive oportunidade, num caso de uma quebra de sigilo envolvendo cooperativas ligadas ao MST, de autorizar a quebra; depois, veio um reclamo no sentido de que estaria ocorrendo vazamento e determinei providências no sentido de evitar que houvesse esse tipo de vazamento. De fato, não é uma prática condizente. A quebra do sigilo se dá, mas não para que se faça a divulgação nos jornais. Agora, isso se tornou, infelizmente, uma praga da cultura, inclusive numa luta política que vai à selvageria a partir desse tipo de divulgação e manipulação.

Então, aqui há toda uma distorção que precisa ser devidamente discutida.


Recentemente, tive oportunidade de salientar, diante dessa jurisprudência, hoje firme, praticamente uniforme do Supremo Tribunal Federal em muitos sentidos, como o Ministro Celso de Mello ressaltou, que é chegada a hora, talvez, de uma institucionalização, de fazer uma nova lei de CPI's, para que se tenha balizas mais seguras para o trato de um tema que é extremamente relevante na nossa cultura.



Ressaltando o quadro político em que vivemos, e, para concluir, veja V.Exa. que, agora, a par de todos esses abusos cometidos eventualmente pelas CPI's, verificamos que há uma quebra de sigilo à brasileira, essa realizada pela Caixa Econômica Federal, segundo os jornais estão a afirmar, que vai, então, além de tudo. Quer dizer, talvez porque as CPI's não bastam, com todas essas deliberações em massa e tudo mais, já se pode fazer esse tipo de investigação direta.

Então, estamos vivendo uma quadra extremamente delicada em termos de respeito aos direitos fundamentais, com essas manipulações todas que já verificamos.

Com essas considerações, acompanho o voto do eminente Ministro-Relator.



23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL

À revisão de apares dos Senhores Ministros CARLOS BRITTO e CELSO DE MELLO (Relator).

V O T O

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, valendo-me do que disse o Ministro Gilmar Mendes, se há uma prática constante que desacredita a Constituição, não é surpreendente que se promova quebra de sigilo de um caseiro ou coisa semelhante. E até que sobrevenha lei mais minudente, indagaria da Corte se não seria o caso de se editar súmula a respeito, prescrevendo que é nulo todo o ato de comissão parlamentar de inquérito que decreta quebra de sigilo bancário fiscal sem fundamentação adequada.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Poderíamos ir além: dizer em que consistiria, também, essa fundamentação; indicar algum conteúdo para a fundamentação.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Fundamentação genérica é suficiente. A Constituição já o prevê



textualmente. É maneira de o Tribunal cristalizar sua posição aturada e inveterada a respeito desse assunto e demonstrar que é insusceptível de discussão.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Tenho recebido de autoridades, relatores, presidentes, sub-reatores de CPI's informações de boa qualidade, fundamentadas, e deixando claro esse vínculo de pertinência entre o investigado e o objeto da CPI e, mais ainda, com pelo menos elementos indiciários configurativos, a meu sentir, de causa provável de ilicitude.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator):
Quando uma CPI fundamenta, de modo juridicamente idôneo, as deliberações com que decreta a quebra de registros sigilosos, observando as exigências constitucionais tão claramente reveladas pela jurisprudência desta Suprema Corte, este Tribunal não defere provimentos liminares nem concede mandados de segurança, eis que, em tais situações, as deliberações da CPI revestem-se de plena legitimidade jurídico-constitucional.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - É o que estou ressaltando.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Acho até que é uma distinção importante a questão da fundamentação do requerimento e do ato de quebra e de justificações **a posteriori**, isto é, por via de informações. Não é possível conceber, no plano do Judiciário, que uma sentença nula possa ser, amanhã ou depois, legitimada ou aperfeiçoada por informações que o juiz apresente em mandado de segurança. Isso nunca se viu! Se uma sentença não tem fundamentação, não basta o juiz, depois, dar as razões que antes deveria ter dado para justificar a subsistência do ato. Estou dizendo que devemos estar atentos a essa relevantíssima distinção.

Sr. Presidente, acompanho o voto do Ministro-Relator, para conceder a segurança.



23/03/2006

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1 DISTRITO FEDERAL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (PRESIDENTE) - Senhores Ministros, é bom que tenhamos também presente - isso é um fato que precisa ser considerado não por nós, evidentemente, mas pela sociedade brasileira - que, na sociedade midiática que vivemos hoje e considerando a natureza do processo eleitoral brasileiro, a exposição pública de parlamentares faz parte do jogo político. Conheço bem esse tema - creio que o Ministro Sepúlveda Pertence talvez me socorra - e lembro que em um dos volumes da revista forense traz famosas discussões que ocorreram na Câmara sobre a CPI Carlos Lacerda.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Antes, a CPI do Banco do Brasil.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (PRESIDENTE) - Que envolvia o problema "Zero Hora", enfim, em que há longos trabalhos dos parlamentares de então na discussão do tema, e mostrando a natureza das CPIs. Ocorre que CPIs que foram instituídas inicialmente como forma de investigação para auxílio legislativo, ou seja, para conhecimento de uma realidade e, em cima dela, promover atos legislativos, acabaram sendo exclusivamente utilizadas no sentido investigatório. Não estou negando que deva existir, mas a investigação se torna um objetivo exclusivo, porque essa investigação, no mais das vezes, traz a notoriedade e ela traz as condições.

MS 25.668 / DF

Então, observamos bem que, como estamos, hoje, em uma sociedade midiática e principalmente televisiva, o que emociona não é a razão, mas, sim, a imagem, o fato. Ou seja, a mensagem não entra mais pela razão, entra pelo olho. Há um trabalho de Giovanni Sartori sobre essa situação que é extraordinário.

Temos que ter presente que o uso desses instrumentos, absolutamente dignos do parlamento, como as CPIs, não se transformem em instrumentos para fins exclusivos em processos eleitorais. Este é o problema que vivemos. Daí talvez se possa justificar, politicamente, esses abusos que se fazem, porque o que interessa não é o objetivo da investigação, mas o fato de tê-la provocado.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É o fenômeno da espetacularização que a mídia enseja, e V.Exa. está fazendo uma advertência muito procedente.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (PRESIDENTE) - Aproveitei o espaço, já que me retiro do Tribunal na semana que vem, para fazer essa observação e constatar que o Tribunal está atento não somente aos casos individuais, mas, sim, a natureza desse conjunto macro de casos que estão a definir um tipo de conduta, como disse o Ministro Gilmar Mendes, que é toda ela desprezível.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sr. Presidente, gostaria apenas de sublinhar o que disse o Ministro Cezar Peluso, sobretudo porque - eu diria - essa não é apenas a posição do Supremo. É o que define a Constituição. Na verdade, não somos mais do que os interpretes da Constituição. Não dizemos o que pensamos ser assim ou assado. Nós dizemos o que diz a Constituição.

MS 25.668 / DF

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - V.Exa. me permite? Somos os mais reverentes ao que decide o Congresso. O Congresso Constituinte promulgou a Constituição, e nós nos curvamos à decisão do Congresso, fazendo cumprir as normas constitucionais.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 25.668-1**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

IMPTE.(S): ALEXANDER FORBES BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA

ADV.(A/S): PAULO BEZERRA DE MENEZES REIFF E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
- CPMI DOS CORREIOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu o mandado de segurança, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 23.03.2006.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Ricardo Lewandowski.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Luiz Tomimatsu
Secretário